

JE

Jornal dos Economistas

Nº 350 Outubro de 2018

Órgão Oficial do Corecon-RJ e Sindecon-RJ

A Guerra Fria comercial de Trump



Bernardo Kocher, Carlos Serrano Ferreira, Williams Gonçalves, Elias Jabbour e Alexis Dantas discorrem sobre a guerra comercial mundial e outras consequências econômicas das políticas internacionais do governo Trump e seus impactos no Brasil.

Trabalho de Pâmella Penna, menção honrosa
no 27º Prêmio de Monografia

Artigo do Fórum apresenta o quadro fiscal
real da UFRJ e Museu Nacional

A guerra comercial entre China e Estados Unidos

Williams Gonçalves*

Admittendo-se que exista realmente o que se convencionou denominar “guerra comercial”, sua característica mais óbvia é que ela sempre é defensiva. Segundo o entendimento que as relações comerciais formam um jogo de perde-ganha, o jogador que está ganhando nunca a desencana. A iniciativa de iniciar a guerra é sempre a do que se julga perdedor.

A guerra comercial é uma guerra entre os grandes Estados na disputa pela hegemonia. Trata-se, portanto, de uma disputa cujo vencedor obtém o poder de ditar as novas regras do jogo. Isso significa que a disputa diz respeito a todos os integrantes do sistema. Afinal, a luta no centro do sistema implica sempre a sorte dos países periféricos, conquanto não se deva extrair disso a ideia que a periferia está necessariamente destinada a perder. Ganhar ou perder depende muito da arte de quem comanda.

A guerra comercial atual tem como protagonistas Estados Unidos e China. Donald Trump deu início a ela acusando a China de desrespeitar as regras do comércio internacional. Por considerar os Estados Unidos perdedores, Trump tem adotado medidas protecionistas, repetindo os mesmos argumentos que os britânicos usaram contra alemães e norte-americanos no último quarto do século XIX, quando estavam perdendo a liderança para as duas potências ascendentes, qual seja o argumento de que o livre comércio devia dar lugar ao comércio justo. Vale

lembrar que, naquela altura, um dos mais importantes resultados da disputa foi a flexibilização dos princípios liberais e a consequente colonização da periferia asiática e africana.

Um aspecto muito pitoresco dessa querela comercial sino-norte-americana, que não pode deixar de ser mencionado, é a denúncia feita pela Comissão de Revisão Econômica e de Segurança Estados Unidos-China de interferência chinesa nas instituições do país. De acordo com relatório recente apresentado pela comissão, os chineses estão influenciando os influenciadores norte-americanos. Mediante o financiamento de *think tanks* e a criação de ONGs socioculturais, os chineses estariam alterando em seu benefício a percepção que o público norte-americano tem da China. A derrota comercial estaria, assim, sendo consumada com a derrota no campo das ideias dentro mesmo dos Estados Unidos.

Como o passado revela e o presente confirma, guerras comerciais são parte do processo mais abrangente de luta pela hegemonia. É um fenômeno recorrente na evolução do sistema capitalista de produção, mas, naturalmente, sempre apresentando características específicas. Na atualidade, o livre comércio tem traços distintos daquele do século XIX, quando os britânicos recorreram ao protecionismo para se proteger dos emergentes, bem como daquele do século XX, promovido pelo GATT, após a II Guerra Mundial, quando os EUA assumiram sua condição hegemônica. Desde a última

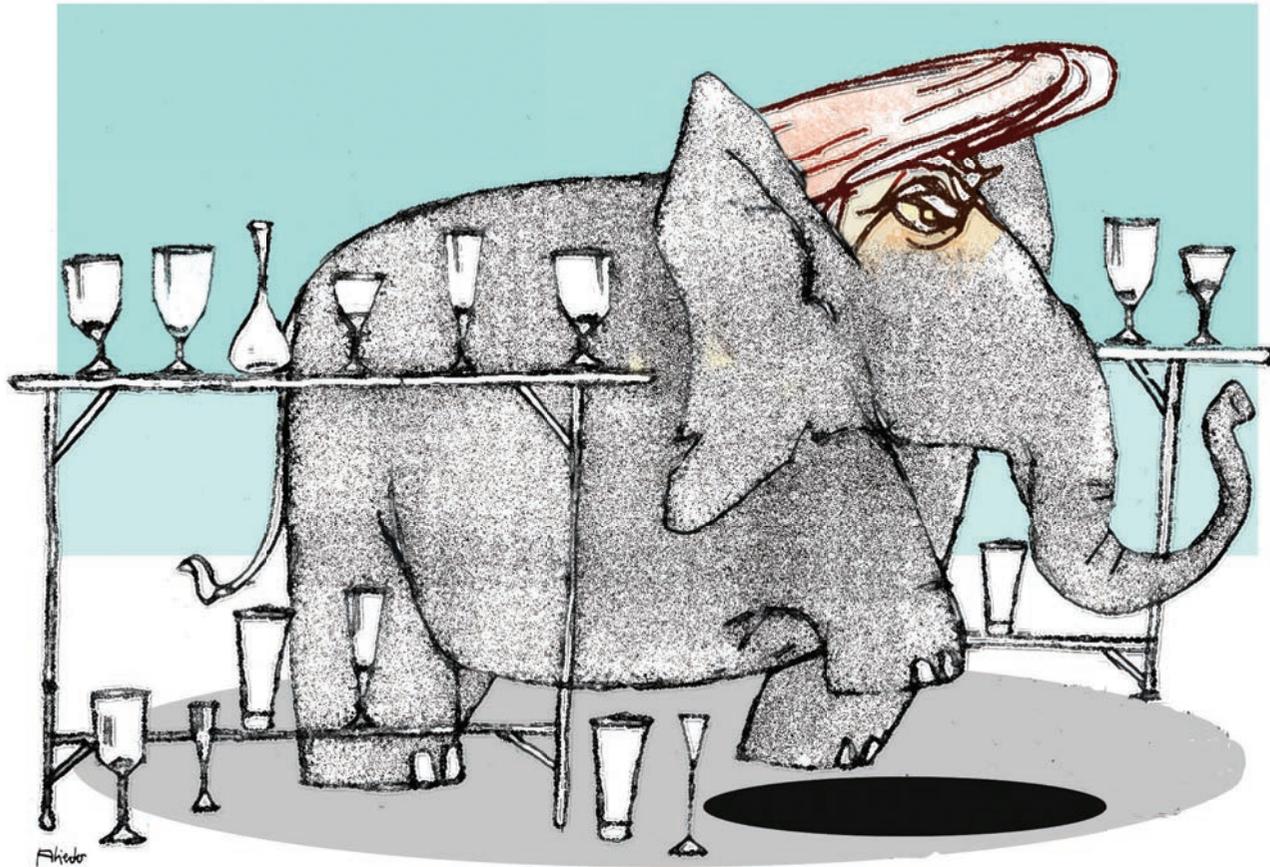


rodada de negociações do GATT, Uruguai (1986-1994), e da criação da OMC (janeiro de 1995), o conceito de livre comércio sofreu mudanças importantes, passando a envolver quesitos que eram estranhos ao comércio propriamente dito – propriedade intelectual; serviços; compras governamentais; meio ambiente; concorrência; e questões trabalhistas.

A pirotecnia e o permanente quiproquó que têm caracterizado o Governo Trump muitas vezes encobrem uma ideia básica de seu programa e que presentemente encontra respaldo em boa parte dos opositores democratas, que é aquela que o processo de globalização liderado pelos Estados Unidos beneficiou os chineses em detrimento da economia norte-americana. A guerra comercial iniciada por Trump na verdade é uma reação à vantagem industrial e tecnológica conseguida pelos chineses, que souberam explorar com rara competência as oportunidades oferecidas pela

globalização. As medidas protecionistas que ele tem tomado seriam, portanto, forma legítima de punir os chineses pelas trapaças na obtenção de tecnologia, patentes e segredos industriais e, consequentemente, pela supressão de empregos de alto nível nas indústrias dos EUA. Porém, ao optar por essa linha de ação, o Governo dos Estados Unidos se insurge contra a OMC, instituição que foi criada para zelar pelo livre comércio e que serviu como baluarte do processo de globalização, o que significa, em última análise, que os Estados Unidos estão a rejeitar a ordem internacional que eles próprios esforçaram-se para erigir em Bretton Woods.

Evidentemente que o caminho da guerra comercial escolhido por Trump não conduzirá à reversão desse quadro. Não será por meio da elevação das tarifas de importação que os norte-americanos recuperarão a liderança do processo de desenvolvimento industrial e tecnológico. Além de os chineses terem alta capacidade de retaliar, as medidas ostensivamente protecionistas atingem outras importantes economias que comerciam com os Estados Unidos. Por outro lado, os setores produtivos da economia norte-americana que têm sido atingidos pelas retalições dos chineses, como é o caso dos fazendeiros do Meio-Oeste, não suportarão dar seu apoio político por tempo indeterminado à política protecionista. Em algum momento, devido aos prejuízos que esse setor agrícola tem acumulado, a estratégia econômica de Trump será inevitavelmente colocada em questão internamente.



A guerra comercial preocupa muito os aliados europeus e japoneses dos Estados Unidos. Não apenas pelas questões comerciais propriamente ditas, mas pelo o que de muito importante ela encobre – o modelo de desenvolvimento da China. O opulento desempenho comercial da China não poderia se dar caso não houvesse sólido sistema produtivo a alimentá-lo. E o que garante a solidez desse sistema é a existência de um Estado forte a administrá-lo. Estado esse que comanda o processo econômico e não se deixa submeter à lógica das corporações multinacionais e das finanças, como acontece no restante do mundo. A mão forte do Estado não apenas age no sentido de negociar com rigor o acesso dessas corporações ao seu mercado, mas age também no sentido de proteger as condições de vida dos trabalhadores chineses, impedindo assim que se em-

pobreçam como tem ocorrido com os trabalhadores em toda parte.

Em face desse quadro de crise no centro do sistema internacional, a situação do Brasil é muito desconfortável. Mais vinculado à China que aos Estados Unidos no comércio e nos investimentos, o Brasil perdeu o rumo, havendo praticamente desistido de lutar para se tornar um país de economia industrial e tecnologicamente desenvolvido. Desprovida de um projeto nacional que a instrumentasse a agir de maneira parecida com a dos chineses, negociando melhor o acesso a seu mercado e protegendo sua força de trabalho, a camada dirigente decidiu adotar um modelo ultraliberal, que tampouco é acolhido pelos Estados Unidos, que, pelo contrário, em nome da segurança nacional tem procurado proteger sua força de trabalho por meio de medidas protecionistas e

nacionalistas. O caminho brasileiro tem sido o de espoliar a classe trabalhadora e de criar as condições mais favoráveis possíveis para a exportação de produtos primários, o que resulta em mais desindustrialização, comprometimento ambiental, redução da renda geral e encolhimento do mercado. As crises sistêmicas são oportunidades para os países periféricos explorarem as rivalidades das grandes potências e, assim, negociarem maior grau de autonomia. Porém, ao que tudo indica, não será dessa vez que isso irá acontecer ao Brasil.

É impossível prever como a guerra comercial opondo os Estados Unidos à China irá terminar. A história tem mostrado que a solução para esse problema nunca é encontrada pela via pacífica. Dificilmente os chineses abrirão mão de sua posição. Depois de terem vivido um século inteiro na condição de semi-

colônia dos ocidentais, é certo que não aceitarão desempenhar qualquer papel que lhes pareça secundário e humilhante. Por outro lado, os Estados Unidos também não aparentam aceitar facilmente perder a posição hegemônica e se acomodar a uma ordem internacional orquestrada pelos chineses. Ainda que Donald Trump seja um presidente muito problemático, o fato é que ele assumiu abertamente o descenso internacional do país e se mostra determinado a evitar que isso se consuma. E essa sua determinação concorre para reduzir drasticamente a margem de manobra de qualquer sucessor seu, que se verá forçado a sustentar a posição atual, mesmo que venha a usar linguagem menos agressiva. É de se esperar, portanto, que dias mais difíceis virão.

* É professor de Relações Internacionais da Uerj.